

## **Paradiplomacia: Atuação do Nordeste Brasileiro na Rede Mercocidades**

## **Paradiplomacy: Northeastern Brazilian Activity in the Mercocity Network**

## **Paradiplomacia: Actuación del Nordeste Brasileño en la Red Mercocidades**

Chrstianny Kelly Silva dos Santos  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)  
E-mail: [chrisksds@gmail.com](mailto:chrisksds@gmail.com)

Alexandre Cesar Cunha Leite   
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)  
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)  
E-mail: [alexcclite@gmail.com](mailto:alexcclite@gmail.com)

Saulo Felipe Costa   
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)  
E-mail: [s.felipe@hotmail.com](mailto:s.felipe@hotmail.com)

**Resumo:** Este artigo pretende explorar perspectivas teórico-conceituais acerca da Paradiplomacia delimitando como foco a Rede Mercocidades nos atores do Nordeste brasileiro que dela participam. O objetivo deste trabalho é avaliar se a Paradiplomacia, via Rede Mercocidades, foi capaz de potencializar o desenvolvimento de seus partícipes do nordeste brasileiro. A metodologia documental e bibliográfica com enfoque qualitativo assume uma abordagem exploratória para proporcionar um diálogo entre os conceitos relacionados à Paradiplomacia. A metodologia comparativa é utilizada para relacionar estas informações com dados dos Índices de Desenvolvimento Humano Municipais (IDH-M) destas cidades, sendo empregados, para fins de comprovação, instrumentais quantitativo-descritivos. No que concerne à Rede Mercocidades enfatiza-se a análise da atuação das cidades de Camaçari, Salvador, Vitória da Conquista, Fortaleza, Recife, Jaboatão dos Guararapes e Mossoró. Ao fim, o trabalho infere a não relação entre o aumento do IDH-M das cidades do nordeste brasileiro e a Paradiplomacia por elas praticada, instrumentalizada na inserção na Rede Mercocidades.

**Palavras-chave:** Paradiplomacia. Rede Mercocidades. Nordeste Brasileiro.

**Abstract:** This article intends to explore theoretical-conceptual perspectives about Paradiplomacia delimiting as a focus the Mercocidades Network in the actors of the Brazilian

Northeast who participate in it. The objective of this work is to evaluate if the Paradiplomacy, through Network Mercocidades, was able to potentialize the development of its participants in the Brazilian northeast. The documentary and bibliographic methodology with a qualitative approach take an exploratory approach to provide a dialogue between the concepts related to Paradiplomacy. The comparative methodology is used to relate this information with data from the Municipal Human Development Indexes (IDH-M) of these cities, and quantitative-descriptive instruments are used for verification purposes. As far as the Mercocidades Network is concerned, the analysis emphasized the actions of the cities of Camaçari, Salvador, Vitória da Conquista, Fortaleza, Recife, Jaboatão dos Guararapes and Mossoró. In the end, the work infers the non-relation between the increase of the HDI-M of the cities of the Brazilian northeast and the Paradiplomacy that they practiced, instrumented in the insertion in the Mercocidade Network.

**Keywords:** Paradiplomacy. Rede Mercocidades. Brazilian Northeast.

**Resumén:** Este artículo tiene como objetivo explorar las perspectivas teóricas y conceptuales sobre la Paradiplomacia, centrándose en la Red de Mercociudades en los actores del Nordeste brasileño que participan en ella. El objetivo de este trabajo es evaluar si Paradiplomacia, a través de Rede Mercociudades, fue capaz de potenciar el desarrollo de sus participantes en el noreste de Brasil. La metodología documental y bibliográfica con enfoque cualitativo adopta un enfoque exploratorio para proporcionar un diálogo entre los conceptos relacionados con la Paradiplomacia. La metodología comparativa se utiliza para relacionar esta información con los datos de los Índices de Desarrollo Humano Municipal (IDH-M) de estas ciudades, que se utilizan, para fines de verificación, instrumentos cuantitativos-descriptivos. Con respecto a la Red de Mercociudades, se enfatiza el análisis del desempeño de las ciudades de Camaçari, Salvador, Vitória da Conquista, Fortaleza, Recife, Jaboatão dos Guararapes y Mossoró. Al final, el trabajo infiere la relación entre el aumento de HDI-M de las ciudades del noreste de Brasil y la Paradiplomacia practicada por ellos, instrumentalizada en la inserción de la Red de Mercociudades.

**Palabras-clave:** Paradiplomacia. Red Mercociudades. Nordeste Brasileño.

## 1. Introdução

A Paradiplomacia diz respeito ao estabelecimento de relações internacionais de um ator não-central com os demais atores do sistema internacional. Considera-se a Paradiplomacia como uma diplomacia paralela àquela exercida pelo Estado, em que os atores são projetados na arena internacional e suas atuações podem estabelecer conexões capazes de intervir em questões econômicas, sociais, culturais ou em outros temas que lhes são peculiares. Dentre as possíveis formas de atuação está a inserção em Redes Internacionais de Cidades. Através desta pode-se estabelecer um ambiente interdependente que preza pela partilha de experiências e formulação de projetos que proporcionam transformações em temas pertinentes localmente e o

desenvolvimento e fortalecimento da rede. Nesta pesquisa a ênfase é dada a Rede Mercocidades, que relaciona o compartilhamento de experiências entre cidades sul-americanas ao aumento da capacidade e criatividade destas com potencial de solucionar problemas locais, proporcionar desenvolvimento às cidades e fortalecer a integração da região.

Decorrente de um conjunto de transformações no cenário internacional que direcionam a uma maior participação de atores locais, associados a uma agenda de objetivos de desenvolvimento que afetam de forma mais direta a esfera local, atores não-centrais são incitados ao envolvimento em atividades de inserção internacional para defender seus interesses e buscar concretizar objetivos específicos. Diante deste cenário, a Paradiplomacia tem se solidificado como uma área frutífera de análises nas Relações Internacionais, buscando evidenciar as distintas implicações – ordem econômica, social, política e cultural – geradas pela relação cooperativa entre os diferentes atores. Particularmente, este texto coloca em foco a inserção de cidades da região Nordeste do Brasil via Rede Internacionais de Cidades, a fim de inferir se a Paradiplomacia é capaz de potencializar o desenvolvimento local das mesmas.

O potencial conceitual da Rede Internacionais de Cidades confere maior legitimidade às distintas realidades e a demanda por participação de todos os agentes envolvidos na realidade do ator não-central. Dados seus instrumentos de atuação, a Paradiplomacia é capaz de lidar com realidades adversas e capacitar os agentes para que o desenvolvimento Sen (2000), Todaro e Smith (2012) e Kliksberg (2001) possa ser inclusivo, reduza as disparidades (Blyde e Fernández-Arias, 2008) e erradique a pobreza.

Na dinâmica do Mercosul, a noção de que as cidades poderiam ampliar a agenda temática do bloco e fortalecê-lo leva ao estabelecimento da Rede Mercocidades (Branco, 2007). Como muitas cidades sul-americanas tendem a enfrentar experiências comuns em diversas áreas temáticas, é estimulado o âmbito cooperativo proporcionado pela Rede Mercocidades em que entes descentralizados partilhem experiências, formulem projetos e busquem redefinir situações para que seja alcançado o desenvolvimento de forma conjunta (Albuquerque, 2004). Particularmente, no Brasil, a Paradiplomacia detém maior incidência nas regiões Sul e Sudeste, sendo também estas as regiões a possuir maior número de atores não-centrais participantes na Rede Mercocidades.

No caso da região Nordeste, o processo de desenvolvimento deu-se de forma tardia e, talvez por isso, a maioria de suas unidades não-centrais parecem conduzir suas relações

internacionais de forma pouco ativa. Apenas sete cidades representam a região Nordeste na Rede Mercocidades. Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista do estado da Bahia; Fortaleza do estado do Ceará; Jaboatão dos Guararapes e Recife do estado de Pernambuco; e Mossoró do estado do Rio Grande do Norte; são as representantes nordestinas no âmbito da Rede Mercocidades e sua atuação nesta rede constitui o caso a ser estudado no presente artigo.

Este artigo analisará se a presença das sete cidades da região Nordeste na Rede Mercocidades foi capaz de validar a proposta de internacionalização de atores não-centrais presente na Paradiplomacia ao potencializar o desenvolvimento de seus atores. A hipótese central do trabalho é a de que a inserção de cidades nordestinas na Rede Mercocidades proporciona ganhos de desenvolvimento e valida a participação de forma ativa em processos da Paradiplomacia, concretizando uma aliança entre a estratégia de desenvolvimento regional e a prática da Paradiplomacia. Para tanto, será utilizada a metodologia qualitativa e quantitativa com o objetivo de inferir se a participação de forma ativa em processos da Paradiplomacia proporciona ganhos de desenvolvimento socioeconômico para seus atores.

O artigo encontra-se dividido em três sessões, além dessa introdução. Na primeira sessão, é realizado um review da literatura, explanando o potencial conceitual da Paradiplomacia, suas peculiaridades e tipificações, as motivações que objetivam sua existência e as estratégias que utilizam para concretizar seus objetivos. Na segunda sessão, são exploradas a origem da Rede Mercocidades e suas características, abrangência temática e sua relevância como instrumento da Paradiplomacia, conforme exposto anteriormente. Por sua vez, a terceira sessão, parte-se para uma análise inferencial da atuação das cidades de Camaçari, Fortaleza, Jaboatão dos Guararapes, Mossoró, Recife, Salvador e Vitória da Conquista na Rede Mercocidades e procura-se realizar uma análise comparativa entre a atuação destas cidades e seus respectivos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), a fim de verificar possível relação entre a Paradiplomacia desenvolvida por estas cidades e ganhos de desenvolvimento. Por fim, seguem as considerações finais do artigo.

## **2. Paradiplomacia: Aportes Conceituais e Importância**

A Paradiplomacia corresponde às relações internacionais que não são estabelecidas exclusivamente pelo Estado, mas de forma paralela por atores não-centrais pertencentes a diferentes Estados para a projeção de seus interesses e para que sejam estabelecidas conexões e

estratégias a fim de viabilizar o alcance dos objetivos fixados localmente nas diversas temáticas que lhes são pertinentes. Segundo Cornago (1999), Paradiplomacia diz respeito ao envolvimento de atores não-centrais nas relações internacionais através do estabelecimento de contatos, sejam estes permanentes ou temporários, com entidades estrangeiras públicas ou privadas, visando a promoção de questões socioeconômicas, culturais ou qualquer outra dimensão internacional relacionada às competências constitucionais desses atores.

Com a vulnerabilidade acentuada pela globalização e a impossibilidade do Estado em atender às demandas específicas locais, a Paradiplomacia surge como uma alternativa que se propõe a alcançar objetivos específicos associados ao desenvolvimento de cidades e regiões. Termos como “diplomacia constituinte” de Kincaid (1990, p.54) e “diplomacia plurinacional” de Aldecoa (1999, p.84) abrangem estas questões e buscam retirar o caráter secundário da Paradiplomacia e legitimar sua atuação descentralizada, reconhecendo sua pluralidade e sua ação coordenada entre as áreas doméstica e internacional (Duchacek, 1984, Kincaid, 1990, Aldecoa, 1999). Hocking (1999) apontava haver uma tendência em caracterizar a Paradiplomacia ressaltando motivos que causassem atrito entre os governos não-centrais e o Estado. Em sua concepção a política internacional seria permeada por uma “diplomacia com múltiplas camadas”, em que atores não-centrais seriam dependentes uns dos outros e as relações seriam baseadas no reconhecimento de necessidades mútuas e possibilidade de estratégias conjuntas, mas teriam certa tendência ao conflito.

Para Romero (2004), a Paradiplomacia como cooperação internacional descentralizada, diretamente atrelado à concepção de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) visa fomentar o processo de desenvolvimento de forma participativa e reforça a pluralidade dos atores locais através de propostas inovadoras como o intercâmbio de experiências, a busca de soluções conjuntas, a capacitação da sociedade local, o favorecimento de fluxos comerciais, investimentos e transferências de know-how. Tavares (2016) aponta que a “cooperação internacional descentralizada” não compreende de forma uniforme os aparatos tradicionalmente diplomáticos, dando ênfase a processos cooperativos e parcerias.

Paquin (2004) tipifica a Paradiplomacia em “mínima”, “menor”, “maior”, “máxima” e “protodiplomacia”. Na “mínima”, Paquin (2004, p.101) argumenta que as ações seriam principalmente transfronteiriças e ligadas ao aspecto econômico, podendo ser exercidas em forma de ‘irmanamentos’, promoção de exportações locais e atração de investimento estrangeiro.

A “menor” compreende a cooperação transfronteiriça, mas a esta soma-se o estabelecimento de representações em capitais estratégicas e realização de missões econômicas (Paquin, 2004). A “maior” Paquin (2004, p.102) expõe ter uma abrangência geográfica e domínios de ação ilimitados, aumentando as chances de conflito com o governo central; é guiada por sentimentos regionais, buscando promover maior ganho para o ator não-central e seus líderes são fortes e ativos ao participar do jogo político, são capazes de mobilizar recursos e possuem ampla conexão com diversas localidades do globo. A “máxima” compreende, segundo Paquin (2004, pp.102-103) as características da Paradiplomacia “maior” somadas a um forte sentimento do ator não-central em relação à nação que representa, caracterizando a Paradiplomacia identitária; seu objetivo consiste em maximizar os ganhos dos atores não-centrais como forma de diminuir disparidades. Por fim, Paquin (2004) apresenta a “protodiplomacia”, que abarca as características presentes na Paradiplomacia “máxima” e representa o estado de transição à independência, quando o ator não-central acredita na suficiência de sua capacidade e autonomia perante a comunidade internacional e deseja se tornar soberano.

Questões acerca da competência constitucional destes atores no que refere à sua projeção internacional autônoma surgem a partir do ganho de notoriedade da Paradiplomacia e influenciam sua conceituação. A maior fonte de conflito entre atores não-centrais e o Estado no âmbito da Paradiplomacia está relacionada à protodiplomacia, mas os casos em que a projeção visa a independência são inferiores em frequência. Hocking (1999) alega não haver evidências confirmando que interesses separatistas são os reais motivadores do envolvimento na Paradiplomacia. O autor ressalta, inclusive, que é possível que a Paradiplomacia possa solidificar os laços entre locais, regiões e Estado envolvidos e que os possíveis conflitos quanto à jurisdição são comuns, principalmente em Estados que não regulamentam a Paradiplomacia de forma específica. Yahn Filho (2013) sugere que a Paradiplomacia das cidades representa a possibilidade de agilizar a conquista dos interesses locais e não há a pretensão de se dissociar dos interesses do Estado, podendo esta, inclusive, ser estrategicamente coordenada entre as unidades não-centrais e o governo central.

Ao tratar dos objetivos que motivam a Paradiplomacia pode ser citado o proposto por Hocking (1999), para quem os interesses de governos não-centrais estão relacionados ao desenvolvimento econômico mútuo (Oddone, 2008; Oddone, 2017) dos atores envolvidos e a diversificação das formas de agir e exercer influência em determinados temas. No caso do

desenvolvimento econômico é interessante ressaltar que o autor apresenta eixos responsáveis pelo seu êxito, como a educação; em relação à influência, subentende-se que a ação teria como propósito final a reconfiguração do ator não-central, isto é, a mudança de seu status de desenvolvimento acompanhada de uma redefinição de seu papel na conjuntura global.

A abordagem de Lecours (2008) detalha os objetivos em camadas. No contexto econômico, Lecours (2008) destaca a atração de investimento estrangeiro, a busca por trazer companhias internacionais para a região e a conquista de novos mercados para a exportação. Na cooperação, Lecours (2008) enfatiza relações que podem ser agrupadas no contexto da cooperação descentralizada e estariam além dos ganhos econômicos, abarcando as dimensões cultural, educacional, técnico, tecnológico e utilizando instrumentos tais como a assistência para o desenvolvimento, intercâmbio cultural, educacional, técnico e científico. No aspecto político, os objetivos apresentados por Lecours (2008) podem ser de caráter identitário dissociativo, para afirmar as particularidades de uma cultura, ou podem ter como propósito o ganho de reconhecimento dentro de determinada esfera e se manifestar através da influência no comportamento de outro ator.

Tavares (2016) dispõe como motivadores da Paradiplomacia a (i) obtenção de oportunidades globais por meio de arranjos econômicos e promoção comercial ou turística; (ii) a possibilidade de prover serviços locais por meio da atuação internacional; (iii) a descentralização de decisões que advém da expansão das competências burocráticas locais; (iv) interesses pessoais de quem coordena ou conduz a Paradiplomacia; (v) oportunismo eleitoral em que a alavancagem da imagem internacional é utilizada como forma de obter credibilidade internamente; (vi) a possibilidade de atender reivindicações locais e suprimir movimentos independentistas; (vii) questões culturais e nacionalistas que comportam a busca de suporte e recursos internacionalmente; (viii) diásporas que buscam manter uma conexão com sua comunidade originária; (ix) proximidade geográfica; (x) e o isolacionismo vivido pelo país ou vivido por unidades não-centrais que se sentem isoladas dentro de seu próprio país.

Fica perceptível que, embora utilizem termos e descrições diversificadas, as motivações apresentadas são homogêneas, senão equivalentes. Jesus (2017) sustenta que os atores não-centrais pertencentes a Estados em desenvolvimento veem na Paradiplomacia uma estratégia de governança local capaz de reconfigurar questões concernentes ao desenvolvimento como mobilidade, segurança e infraestrutura; os que fazem parte de Estados desenvolvidos priorizam

a preservação das vantagens econômicas que possuem através do marketing de suas características como forma de impulsionar a atração de investimentos e o turismo.

Como descrito por Fronzaglia (2005), problemas como desemprego, educação, saúde, assistência social e questões ambientais; agora estão sob maior responsabilidade dos governos locais, geram uma situação contraditória em que a demanda dos cidadãos se torna mais intensa, porém, sujeitas as restrições administrativas das autoridades locais.

Considerando o contexto do objeto de pesquisa de Fronzaglia (2005), seu argumento assemelha-se a Jesus (2017) quando este aponta que atores não-centrais em desenvolvimento buscam na Paradiplomacia o suporte para lidar com os desafios da urbanização. Reafirma Keating (1999) e Hocking (1999) que alegam haver um declínio no papel mediador do Estado, o qual expõe seus atores não-centrais aos efeitos da economia global e acentua a vulnerabilidade destes, face aos efeitos da globalização. Efeitos estes que impulsionam o processo de descentralização, ocasionando a tomada de iniciativa dos governos não-centrais que buscam alternativas para lidar com as novas problemáticas que enfrentam. A “cooperação internacional descentralizada”, apesar de ser possivelmente insuficiente para descrever a diversidade prevista na Paradiplomacia, representa a forma de atuação do contexto dos anos 1990 em que as atividades de inserção internacional ganham proeminência em países do Sul Global .

As diversas conceituações apresentam a complexidade da Paradiplomacia, que envolve os âmbitos doméstico e externo e diz respeito ao estabelecimento de relações internacionais de um ator não-central com os demais atores do sistema internacional através de estratégias temporárias ou duradouras, em temas definidos com base no contexto em que se insere o ator não-central. Como visto em Hocking (1999), tem surgido para a Paradiplomacia oportunidades e desafios que podem desmitificar a noção de conflito entre atores não-centrais e centrais ao introduzir a possibilidade de coordenação entre estes para alinhar as premissas para a condução da internacionalização. Também é clarificado que a definição de objetivos é pautada pela realidade local e comporta não apenas variáveis econômicas, mas sociais, culturais, ambientais e tecnológicas, que são adotadas de acordo com as prioridades de cada ator.

### *2.1. Estratégias de Atuação da Paradiplomacia*

Para a atuação paradiplomática são compreendidos instrumentos diversos, a escolha entre um destes é dependente dos recursos disponíveis. Ao tratar dos recursos, Paquin (2004) os

apresenta como determinantes em termos de capacidade de ação dos atores pois, aqueles com capacidade de mobilizar recursos para alcançar seus objetivos teriam maior influência e autonomia para intervir de forma que lhes seja satisfatória. Odonne (2017) ao apresentar perspectivas acerca da Paradiplomacia reafirma o que é apresentado por Paquin (2004) no qual subentende-se que a agência é conferida àqueles que têm capacidade e habilidade de proporcionar mudanças na política internacional, considerando os recursos e características inerentes ao ator não-central como a disponibilidade de líderes e sociedade à projeção internacional, a relação entre os atores centrais e não-centrais, a existência ou não de uma estrutura para a condução da Paradiplomacia e de alinhamento entre os interesses específicos locais e os estatais.

Hocking (1999) introduz a perspectiva da continuidade como uma dimensão da Paradiplomacia. A continuidade estaria atrelada ao desenvolvimento de estruturas no âmbito nacional para lidar com a inserção internacional. Froio (2015) sustenta que para um melhor desempenho faz-se crucial que a participação seja guiada com vontade, pois a Paradiplomacia relaciona-se ao perfil de seus agentes. Já Jesus (2017) alega a necessidade de uma estrutura organizacional competente e qualificada, ressaltando que secretarias específicas para a internacionalização têm sido criadas ou secretarias já existentes recebem novas atribuições relativas ao processo de internacionalização e isto acarreta em crescimento significativo da Paradiplomacia das cidades.

Cezário (2011) propõe como estratégias a atuação, temporária ou duradoura, em foros, irmanamentos, comemorações oficiais, cerimonial e a inserção em Redes Internacionais. O mesmo subdivide a atuação em foros em temporária ou duradoura e, respectivamente, as exemplifica na participação em eventos, congressos e conferências ou por meio da presença em comitês ou órgãos executivos.

No que concerne às possibilidades derivadas ao processo de internacionalização, Jesus (2017), afirma que as estratégias de desenvolvimento do marketing urbano visando reajustar a imagem da cidade sem que sejam camuflados os problemas ou adotadas soluções efêmeras para estes. Decisões dos atores envolvidos podem atrair projetos de transformação urbana, capazes de alavancar o desenvolvimento local ou atuar no processo de revitalização de áreas históricas, parques, dentre outros atributos da cidade.

Para Jesus (2017), os processos de internacionalização dão destaque à perspectiva criativa, que está atrelada a cultura e busca atribuir valor e tornar setores tradicionais da economia

mais competitivos a partir de bens e serviços baseados em textos, símbolos e imagens e ao conjunto diversificado de atividades pautadas na criatividade, no talento ou na habilidade individual; considerando o setor criativo como particular à economia e ao desenvolvimento. Neste enfoque, o autor dispõe como estratégias a busca pela consecução de empréstimos e parcerias para reabilitar espaços urbanos, estimular o potencial cultural e criativo local e proporcionar geração de emprego e renda. A atração de investimentos como estímulo à coprodução e empreendimentos realizados em conjunto, podem promover as qualidades locais e clusters criativos a nível internacional. Keating (1999) discorre que a Paradiplomacia é caracterizada pelo maior envolvimento da sociedade civil e do setor privado, o que é confirmado e ampliado no âmbito das cidades criativas, em que todos os atores socioeconômicos e culturais devem ter papel ativo.

Desta maneira, vê-se que cidades criativas buscam a cooperação técnica e se voltam aos agentes para realizar a construção e aperfeiçoamento de suas capacidades, para formar e consolidar ambientes criativos, prover auxílio à profissionalização e promover o intercâmbio de experiências. Tais experiências muito se assemelham ao que é proposto na inserção em Redes de Cidades, que como Meneghetti Neto (2005) apresenta, podem abarcar relações a nível global, regional ou intranacional. Ao propor uma definição Camagni e Capello (2004) apresentam as redes como sistemas em que se estabelecem relações e fluxos, de natureza principalmente horizontal e não hierárquica, que visam exercer a complementaridade, sinergia e inovação. Para Cezário (2011) estas são dotadas de caráter técnico e incorporam características da CID, abarcando em seu domínio o intercâmbio de experiências ou boas práticas, a busca de soluções conjuntas e construção de políticas públicas inovadoras que abrangem os temas pautados na transversalidade.

Adequando o disposto por Komninos (2008) à inserção em Redes Internacionais de Cidades, esta pode ser tida como elemento que influencia seus atores e molda suas atividades, agindo, simultaneamente, como a estrutura na qual as relações entre os atores não-centrais ocorrem e como um processo em que estas relações são construídas. Através da inserção, se torna possível identificar o que precisa ser melhorado para que o desempenho ganhe em competitividade.

Em Capello (2000) observa-se que a vertente cooperativa é explorada em um contexto de horizontalidade em que as vantagens que impulsionam o desenvolvimento são distribuídas entre

os participantes. O intercâmbio de experiências seria responsável por diminuir a percepção de riscos e incerteza e as boas práticas e casos de sucesso por influenciar a eficiência e performance da administração pública das cidades parceiras ao disponibilizar um know how que pode servir de base às políticas públicas. Desta forma, quanto maior o número de cidades participando, maior a base de informações e práticas de sucesso e potencialização de benefícios advindos desta. No que concerne ao fortalecimento da rede, Capello (2000) segue dispondo que uma maior incidência da atuação, integrada, em rede tem como fim o fortalecimento da própria rede. Ao tratar da dinâmica Capello (2000) apresenta uma noção semelhante às vertentes plurinacional e de múltiplas camadas da Paradiplomacia e ao proposto por Jesus (2017) quando apresenta as relações entre governos não-central e central e também com as esferas locais como bairros e sociedade, como determinantes para homogeneizar o processo de desenvolvimento e promovê-lo de forma harmônica, estratégica e equitativa entre os diferentes contextos locais.

Camagni e Capello (2004) ressaltam as relações imateriais e os fluxos físicos de pessoas e bens como perspectivas complementares das quais dependem as redes de cidades. Considerando a semelhança em termos históricos, geográficos e culturais entre os países da América Latina, há o desencadeamento de questões quanto a como isto influencia o processo de desenvolvimento desta região. O potencial para que os componentes da América Latina cooperem entre si é reconhecido e ressaltado, por Pino (2010), uma vez que os obstáculos, interesses e necessidades que encaram nos âmbitos econômico e social podem assemelhar-se. Influenciados pela lógica de identificação de similaridades, o Mercosul e pela descentralização político-administrativa, a Rede Mercocidades surge como ambiente de cooperação horizontal para que as cidades pertencentes aos Estados-membros sejam inseridas no processo de integração regional do Mercosul e busquem alternativas conjuntas para seu próprio desenvolvimento e, por conseguinte, da região.

### **3. Rede Mercocidades: Instrumento de Paradiplomacia**

Um marco precedente à institucionalização da Rede Mercocidades, corresponde ao seminário “Mercosur: opciones y desafios para las ciudades”, realizado em Assunção, Paraguai, em março de 1995. Neste seminário, é firmada a Declaración de Asunción (1995), que dispõe sobre a importância da integração regional como forma de impulsionar transações e fortalecer o posicionamento de seus atores no mercado internacional. Atribui-se relevância ao papel do

Mercosul no que concerne ao seu potencial integracionista territorial segue o contexto de transformações da globalização, que provoca modificações nas formas em que atores interagem e apresentam novos instrumentos como as Redes e clarificam a importância da adesão às mudanças, visto que caso não o façam as cidades podem ter seu desenvolvimento urbano comprometido. E reafirma que a democratização política e descentralização na América Latina dão maior proeminência aos atores não-centrais.

A Declaración de Asunción (1995) reifica o direito das cidades à atividade autônoma no âmbito da integração regional, em que seriam promovidas a comunicação eficiente, o compartilhamento de dados e informações, o estabelecimento de bases para que sejam elaboradas políticas urbanas visando a complementaridade de necessidades e experiências. Em 1995, surge a Rede Mercocidades, com o objetivo de vincular esforços, favorecer e consolidar a governança territorial multinível no âmbito do Mercosul.

Segundo Barrios (2010), a perspectiva proposta pela Rede Mercocidades adota uma concepção multidimensional da integração incorporando as dimensões cultural, econômica, social, prezando pela participação ativa da cidadania e buscando refletir no próprio processo de integração a riqueza e diversidade de atores que o compõem. Batalla e Mallmann (2015) expõem que novos objetivos de desenvolvimento são suscitados no âmbito da integração regional e amplia o âmbito de atuação de governos não-centrais, reorienta as agendas locais e consolida a interdependência ao proporcionar um projeto regional comum.

Binner (2010) e Rodriguez (2010) argumentam que a Rede Mercocidades pensa e implementa um modelo de integração como uma alternativa ao modelo de integração proposto por Estados do Mercosul, que seja não apenas baseado em relações econômicas, mas que se relaciona à cultura, infraestrutura, questões político-estratégicas e ao estabelecimento de uma agenda social comum com papel primordial. Pode-se ainda promover a sinergia entre as dimensões público e privada através de um enfoque multidimensional e multissetorial e reconhece a sociedade civil como um de seus agentes ativos. Max-Neef (2012) aponta que apenas através do redescobrimto da composição ‘molecular’ do tecido social (micro-organizações, espaços locais, relações escala humana) é possível que uma ordem política, baseada numa cultura democrática, seja possível. Na dinâmica da Rede Mercocidades essa perspectiva de redescobrimto toma forma no incentivo ao diálogo com a sociedade civil organizada para que as temáticas prioritárias sejam definidas em consonância com as adversidades enfrentadas por

quem sente os efeitos diretos e os projetos elaborados sejam capazes de gerar benefícios aos cidadãos e angariar maior apoio à integração regional.

### *3.1. Proposições da Rede Mercocidades*

O Art. 8º do Estatuto (2015) vigente da Rede determina como instâncias desta a: i) cúpula de chefes de governo; ii) conselho; iii) direção executiva; iv) colegiado de coordenadores de unidades temáticas; v) secretaria técnica permanente. A direção executiva, por sua vez, compõe-se de: i) presidência; ii) vice-presidências temáticas; iii) comissão diretiva; iv) secretaria-executiva. E o colegiado de coordenadores de unidades temáticas, de: i) unidades temáticas.

O Art. 2º de seu Estatuto (2015) vigente determina os fins e objetivos da Rede Mercocidades e deste é possível depreender que a Rede Mercocidades preza pelo favorecimento da integração regional e participação das cidades na estrutura do Mercosul, proporcionando uma tomada de decisões conjunta e o estabelecimento de diálogo entre as cidades. Ainda no Art. 2º de seu Estatuto (2015), nota-se que na Rede prioriza-se a cooperação, é facilitado o intercâmbio de experiências e informações e são viabilizadas ações, programas e projetos que constituam parte estratégica do processo de integração. Com a criação de políticas públicas comuns e abrangentes e mediante o apoio ao acesso a financiamentos internacionais para governos locais, visa potencializar os recursos humanos e experiências administrativas para gestões locais sem que haja marginalização de quaisquer setores. É possível, ainda, notar no Art. 2º de seu Estatuto (2015), que a Rede Mercocidades objetiva ainda promover sua integração com outras instituições, bem como garantir sua influência sobre agendas internacionais e órgãos multilaterais.

A análise das atas das Cumbres I (1995) em Assunção e II (1996) em Porto Alegre permite depreender que no âmbito destas é institucionalizada a Rede Mercocidades, com a criação de um conselho para estimular a participação ativa. Há a designação a Secretaria-Executiva e sua rotatividade anual, e são criadas Unidades Temáticas como eixo de atividades iniciais. Dentre cada Unidade Temática (UT) criada, alterada ou excluída, ao fim da Cumbre II (1996) tem-se: “Municípios e Universidade”; “Comércio Exterior”; “Ciência e Tecnologia”; “Cultura”; “Turismo”; “Gestão Municipal e Planejamento Estratégico”; “Planejamento Urbano e Ambiental”; “Desenvolvimento Social”; também nestas reuniões se ressalta que a cooperação evidenciada na iniciativa Mercocidades se reafirma como um instrumento para a estruturação de

um Mercosul verdadeiramente democrático, em que as cidades têm papel ativo na busca em amenizar impactos negativos advindos das transformações da globalização, utilizando os instrumentos desta para potencializar a cidadania e a interconexão social promover o diálogo cultural de forma a gerar desenvolvimento socioeconômico.

Das atas das Cumbres III (1997) em Córdoba, IV (1998) em Montevidéu e V (1999) em Belo Horizonte, retratam o interesse na construção de um futuro comum, em que são compartilhadas soluções para aumentar a capacidade, aguçar a criatividade e formular caminhos próprios e com vantagens mútuas, dinamizando os melhores esforços de cada ator para estabelecer políticas com maior equidade social como o direito à diversidade, a uma identidade individual e coletiva, à memória e à inclusão. O papel da Rede Mercocidades, para além dos limites territoriais, possui potencial para impulsionar uma ordem mundial mais equitativa e para cultivar e exportar uma cultura de paz.

As atas da Cumbres VI (2000) em Rosário, VII (2001) em Valparaíso e VIII (2002) em Assunção, discorrem sobre uma reavaliação do Mercosul e suas debilidades, instando a participação ativa dos membros para garantir que a persecução de metas econômicas ocorra em consonância com a agenda social do Mercosul e as perspectivas abrangentes propostas pela Rede, para tanto reforça a necessidade de consolidar a integração entre os atores no interior do bloco e define como eixos estratégicos a integração produtiva, o desenvolvimento de infraestrutura para a integração, o fortalecimento da integração fronteiriça, o desenvolvimento de estratégias para consolidar o bloco e compensar desequilíbrios entre atores, a criação de instrumentos para financiar e impulsionar o desenvolvimento.

A partir das atas das Cumbres IX (2003) em Montevidéu, XI (2005) em Santo André, XIII (2008) em Canelones e do informe da Cumbre XIV (2009), em Rosario, constata-se que são incentivadas a cooperação tanto com outras organizações internacionais, visto os convênios firmados para viabilizar maior aporte financeiro, técnico e acadêmico para a realização de projetos da Rede; como a cooperação descentralizada entre as Mercocidades.

A última ata disponível no website da Rede refere-se a Cumbre XX (2015) em São Paulo, e, tal como ocorre na Cumbre X (2004) em Buenos Aires, que marca os dez anos de institucionalização da Rede, no marco de 20 anos de institucionalização da Rede Mercocidades, são reconhecidos os avanços e fortalecimento da Rede e retomados os princípios fundacionais de

desenvolvimento local multidimensional inicialmente propostos, em que se insta maior empenho para aprofundar a integração e para engajar os diversos núcleos que compõem as cidades.

Como pôde ser visto, as Cumbres realizadas ao longo dos anos buscam aprimorar a institucionalidade e corporificar a Rede Mercocidades, reiterar a importância do alcance dos objetivos principais para a realidade de suas cidades, analisar a situação atual, reavaliar estratégias e reafirmar o eixo que norteia a Rede. A cada reunião são ressaltados ou acrescentados aspectos pertinentes à agenda e firmadas parcerias, contribuindo para a consolidação da Rede Mercocidades no meio externo como rede protagonista na América do Sul.

#### **4. O Nordeste Brasileiro na Rede Mercocidades: entre a Paradiplomacia e o Desenvolvimento**

A Paradiplomacia no Brasil tem maior incidência nas regiões Sul e Sudeste. Aspectos históricos e geográficos e o modelo de desenvolvimento aplicado a estas regiões, lhes proporcionou maior evolução e dinamismo, o que favoreceu sua primazia quanto à atividade paradiplomática. Por sua vez, a região Nordeste, diferentemente das regiões fronteiriças e dos grandes centros brasileiros, não foi privilegiada pelo modelo de desenvolvimento adotado em sua história recente e não detém a variável cultural como facilitadora das atividades paradiplomáticas.

Gonçalves e Araújo (2015) apresentam que em um relatório divulgado em 1950, a região Nordeste figurava como uma das mais pobres do hemisfério sul, o que impulsiona a criação de iniciativas para fomentar o desenvolvimento da região como o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O desenvolvimento tardio por que passou a região (Araújo e Santos, 2009), no entanto, a manteve em retardo em determinados aspectos, o que tem despertado o interesse por fontes alternativas que possam impulsionar o desenvolvimento regional. Dessa forma, a Paradiplomacia apresenta-se como oportunidade de desenvolvimento.

A Rede Mercocidades conta com muitos municípios brasileiros dentre os que dela participam, mas este não é o caso da região Nordeste, desta somente fazem parte da Rede Mercocidades as cidades de Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista, na Bahia; Fortaleza, no Ceará; Recife e Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco; e Mossoró, no Rio Grande do Norte. Dados do website da Rede Mercocidades (2017) apresentam que a inserção mais antiga é a de

Salvador, com entrada em 1995; seguida por Fortaleza e Recife, 1996; Mossoró em 2000; Camaçari em 2005; Vitória da Conquista em 2006 e Jaboatão dos Guararapes em 2014. Com apenas sete municípios fazendo parte da Rede Mercocidades, cabe questionar quanto às possibilidades para o futuro da região dentro da Rede que é parte do Mercosul.

As atividades desempenhadas concernem majoritariamente à coordenação ou subcoordenação de unidades temáticas, com alguns casos em que cidades foram eleitas para o Conselho da Rede. As informações sobre cada cidade, sua inserção e atividades desempenhadas estão disponíveis no Figura 1.

Como abordado nas seções anteriores, com a ascensão da Paradiplomacia é aberto um leque de possibilidades para que atores não-centrais tenham acesso às oportunidades a nível global. Os objetivos específicos são definidos por cada ator não-central com base em suas próprias prioridades. No caso do nordeste brasileiro, a Paradiplomacia teria o potencial de ser instrumentalizada para o alcance do desenvolvimento. Neste sentido, a Rede Mercocidades é representada como o instrumental da Paradiplomacia. A dinâmica da Rede Mercocidades segue preceitos similares aos dispostos por Romero (2004) e Kliksberg (2001), os quais apresentam que, para que alcancem um melhor desempenho na busca pelo desenvolvimento local, os gestores devem buscar alternativas e construir espaços democráticos que mobilizem as energias locais, pois o capital humano tem papel decisivo no progresso da sociedade e as estruturas de produção exigem maiores níveis de qualificação, diretamente associada a educação e, por seqüência esta tem seu desenvolvimento dependente de condições relacionados à saúde.

A Rede Mercocidades é consciente da importância do indivíduo no processo de desenvolvimento, e as possibilidades de que a Paradiplomacia e sua instrumentalização nesta Rede gerem avanços para as cidades do nordeste brasileiro de forma que os ganhos de desenvolvimento ultrapassem noções de exclusividade do aspecto econômico tornam pertinente uma análise utilizando indicadores abrangentes, por isto optou-se pela adoção do IDH-M, seus sub índices e alguns outros indicadores selecionados.

**Figura 1: Histórico das Reuniões x cidades x projetos (1995-2014)**

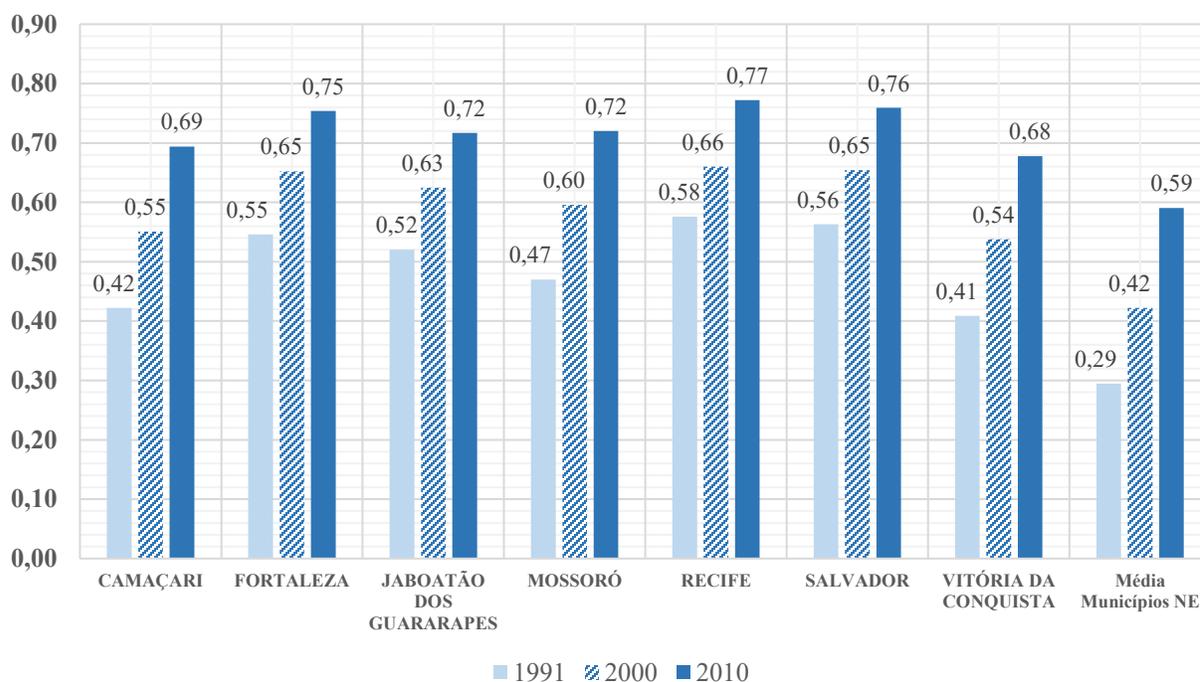
Quadro 1						
Município	Ano entrada na Rede Mercocidades	Participação em Reuniões	Projetos com notoriedade	Sub coordenação de Unidade Temática ou grupo de Trabalho	Coordenação de Unidade temática ou grupo de trabalho	Eleito para Conselho
Salvador (BA)	1995	I Cumbre (Assunção/PAR, 1995); II Cumbre (Porto Alegre/BR, 1996); III Cumbre (Montevideú/UY, 1997).	-	Ciência e Tecnologia; Desenvolvimento Urbano; Turismo; Gestão Municipal; Planejamento Estratégico; Cooperação Internacional; (1996); Cultura (1997).	Cultura (1995/1996)	-
Fortaleza (CE)	1996	II Cumbre (Porto Alegre/BR, 1996); XIV Cumbre (Rosário/AR, 2009); XV Cumbre (Belo Horizonte/BR, 2010); XVI Cumbre (Montevideú/UY, 2011); XIX Cumbre (Rosário/AR, 2014).	Cidadania Regional (2010)	Cultura, Desenvolvimento Urbano e Turismo (1996);	Cooperação Descentralizada (2009). Cooperação Descentralizada (2010)	2
Recife (PE)	1996	VIII Cumbre (Assunção/PAR, 2002); X Cumbre (Buenos Aires/AR, 2004); XI Cumbre (Santo André/BR, 2005); XII Cumbre (Morón/AR, 2006); XIII Cumbre (Canelones/UY, 2007); XV Cumbre (Belo Horizonte/BR, 2010); XVI Cumbre (Montevideú/UY, 2011); XVII Cumbre (Quilmes/AR, 2012); XVIII Cumbre (Porto Alegre/BR, 2013); XIX Cumbre (Rosário/AR, 2014).	-	Desenvolvimento Econômico Local (2002); Juventude (2004); Juventude; Gênero e Município (2005); Juventude; Planejamento Estratégico (2006); Educação e Juventude (2008); Gênero e Município (2010); Gênero e Município; Direitos Humanos (2011/2012); Gênero e Município (2013); Gênero e Município (2014);	Desenvolvimento Urbano; (2004); Desenvolvimento Urbano; (2005)	4
Mossoró (RN)	2000	IX Cumbre (Montevideú/UY, 2003); XI Cumbre (Santo André/BR, 2005).	-	-	-	-
Camaçari (BA)	2005	XI Cumbre (Santo André/BR, 2005); XII Cumbre (Morón/AR, 2006); XIII Cumbre (Canelones/UY, 2007); XIV Cumbre (Rosário/AR, 2009); XVI Cumbre (Montevideú/UY, 2011)	Projeto Mulheres Cidadãs (2007); Cidade do Saber (2007).	Desenvolvimento Econômico Local (2006)	-	-
Vitória da Conquista (BA)	2006	VII Cumbre (Valparaíso/CL, 2001)	-	-	-	-
Jaboatão dos Guararapes (PE)	2014	XIX Cumbre (Rosário/AR, 2014); XX Cumbre (Córdoba/AR, 2015);	Espaço Jovem: centro educativo para jovens (2014); Incubadora Jaboação Criativo.	Desenvolvimento Econômico Local, Economia Social e Solidária (2015); Desenvolvimento Econômico Local (2016/2017)	-	2

**Fonte:** Elaboração própria com dados e documentos disponíveis no website da Rede Mercocidades.

#### 4.1. Trajetória do Desenvolvimento das Cidades do Nordeste brasileiro inseridas na Rede Mercocidades

A possibilidade de que a Paradiplomacia e sua instrumentalização, via Rede Mercocidades, gere avanços para as cidades do nordeste brasileiro pode ser analisada através de mensuração de diversos indicadores. Dado ao caráter multidimensional do desenvolvimento, a utilização de um indicador abrangente de desenvolvimento local que perpassa os aspectos exclusivamente econômicos, a saber: o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). As três dimensões adaptadas ao uso do IDH-M são: o IDH-M Longevidade, que utiliza a expectativa de vida ao nascer; o IDH-M educação, para o qual são utilizados dados da escolaridade da população adulta e o fluxo escolar da população jovem; e o IDH-M renda, que mensura dados da renda per capita.

**Gráfico 1:** Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

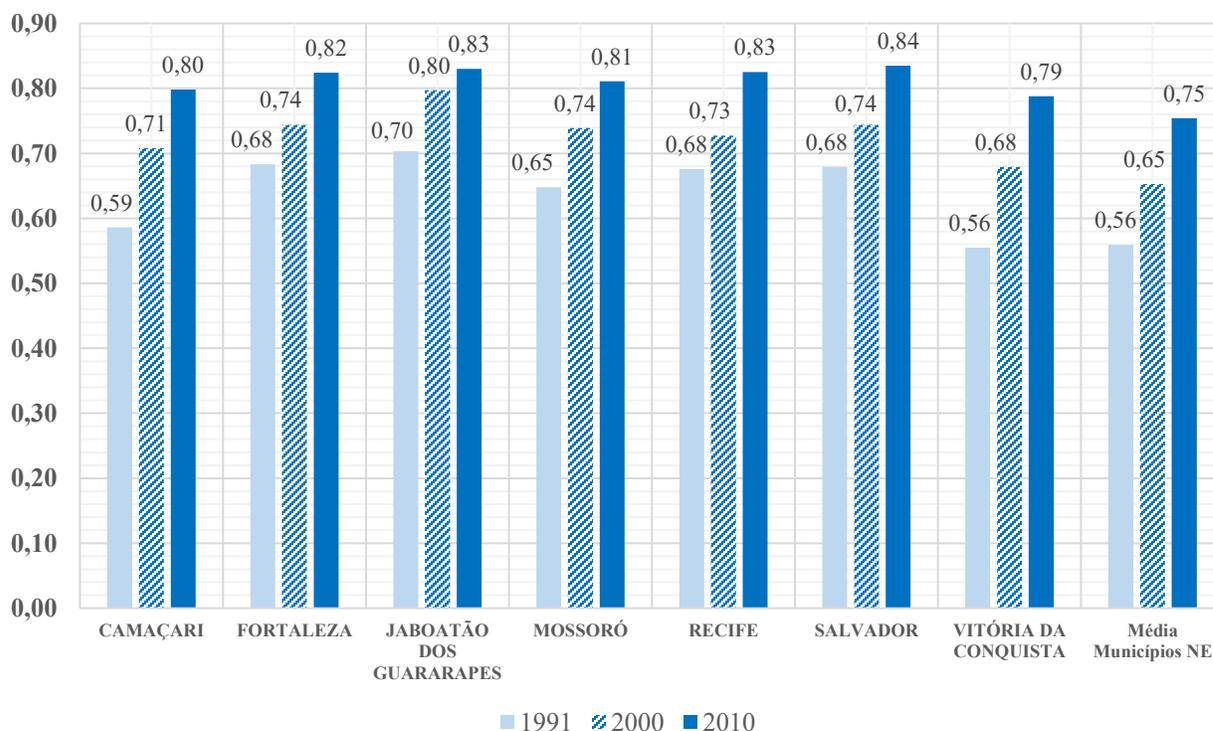


**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir de dados do PNUD e IBGE.

Trata-se de um indicador amplo pois não se limita a um aspecto unicamente econômico, pois segundo Sen (2000) há outros determinantes para o desenvolvimento como arranjos econômicos e sociais e direitos civis e políticos. O desenvolvimento implica a remoção das fontes que impedem os indivíduos de exercer sua liberdade (Caetano et al, 2007) e este impedimento pode estar relacionado à falta de órgãos públicos e de assistência social, de unidades de saúde e educação, ou de instituições que mantenham a paz e a ordem.

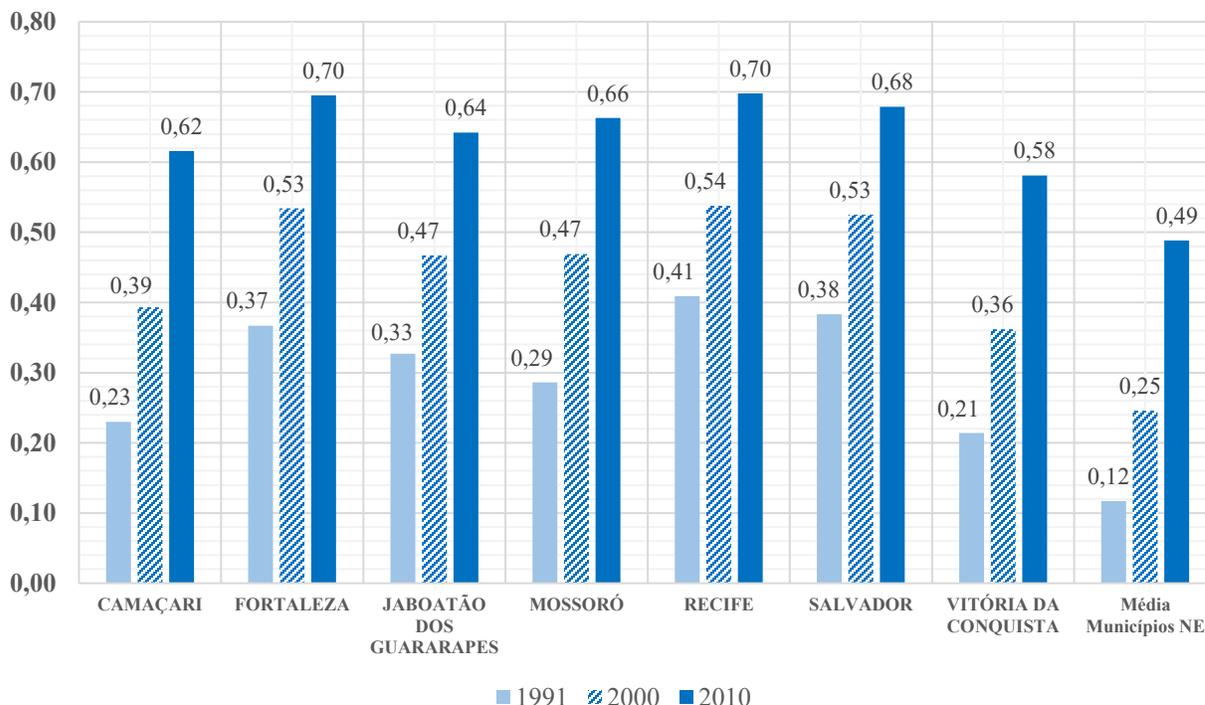
Para a análise comparativa foram obtidos os dados relativos ao IDH-M dessas cidades para os anos de 1991, 2000 e 2010, bem como de um conjunto de variáveis sociais, relacionadas ao desenvolvimento humano. Com os dados de atividades desempenhadas e este conjunto de variáveis, pretende-se verificar possível relação entre a Paradiplomacia desenvolvida por estas cidades e sua performance nestes indicadores. O Gráfico 1 apresenta o IDH-M dos municípios selecionados e da média dos municípios nordestinos, o objetivo é ilustrar que a ascensão da qualidade de vida observada nos municípios selecionados, também foi observada nos demais municípios da região, que não fizeram uso de instrumentos de Paradiplomacia. Por seu turno, o Gráfico 2 visa fornecer o mesmo panorama a partir das três dimensões que compõe o IDH-M.

**Gráfico 2: IDH-M - Dimensão Longevidade**



**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir de dados do PNUD e IBGE.

**Gráfico 3: IDH-M – Dimensão Renda**



**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir de dados do PNUD e IBGE.

A Rede Mercocidades foi institucionalizada em 1995 e a inserção de cidades do nordeste brasileiro transpassa desde o ano da fundação da Rede até 2014. Os dados concernentes às atuações de Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista; Fortaleza; Recife e Jaboatão dos Guararapes; e Mossoró no âmbito da Rede Mercocidades foram apresentados no Quadro 1. Ao comparar aquelas informações ao padrão observado no IDH-M (e suas três dimensões) dos municípios analisados, não é possível afirmar que o maior ou menor protagonismo na Rede tenha influenciado de maneira significativa o padrão de desenvolvimento daquelas sociedades. Contudo, como forma de tornar mais robusta a análise aqui desenvolvida, foram selecionados doze indicadores adicionais relacionados ao desenvolvimento, apresentados na Tabela 1. A trajetória destes indicadores foi comparada a trajetória média dos municípios nordestinos, não sendo possível identificar um padrão que envolva maior ativismo em Paradiplomacia e melhoria destes indicadores.

Tabela 1

Variação percentual de indicadores selecionados no período 1991-2010

Indicadores Selecionados	Camaçari	Fortaleza	Jaboatão dos Guararapes	Mossoró	Recife	Salvador	Vitória da Conquista	Média dos Municípios NE
Esperança de vida ao nascer	21.1	12.8	11.4	15.3	13.6	14.3	24.0	20.0
Mortalidade até um ano de idade	-74.3	-66.5	-61.7	-64.9	-63.7	-67.8	-72.5	-64.3
Taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais de idade	-61.1	-58.0	-51.7	-50.4	-52.0	-59.4	-53.8	-43.4
Desigualdade de Renda	6.0	-4.7	-4.9	-8.8	1.5	-3.1	-8.3	1.6
Rendimento médio dos ocupados	-59.9	-68.8	-57.1	-75.6	-63.0	-64.7	-64.6	-47.6
Percentual da população que vive em domicílios com banheiro e água encanada	52.0	38.2	23.2	50.8	22.5	14.7	47.8	195.6
Percentual da população que vive em domicílios com energia elétrica	5.6	3.7	1.3	4.8	0.2	0.4	12.6	81.1
População rural	103.4	-	-74.6	51.1	-100.0	-76.3	-5.0	-14.7
População total	113.8	38.9	36.4	35.1	17.4	28.8	38.1	24.9
População urbana	114.3	38.9	51.1	33.8	18.5	29.0	45.9	50.6
Subíndice de escolaridade fundamental da população adulta - IDHM Educação	121.5	58.9	64.8	92.8	45.3	44.0	98.0	236.1
Subíndice de frequência escolar da população jovem - IDHM Educação	194.4	106.4	114.0	155.0	85.0	96.5	216.6	356.0
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	64.5	38.1	37.9	53.2	34.0	34.8	65.8	100.6
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Educação	167.8	89.4	96.3	131.8	70.7	77.3	171.5	316.8
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Longevidade	36.2	20.6	18.1	25.2	22.0	23.0	42.0	34.9
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Renda	21.8	15.2	13.1	24.2	15.3	12.5	18.6	33.8

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do PNUD e IBGE.

## 5. Considerações Finais

Os aportes conceituais apresentam a Paradiplomacia como uma alternativa para que os atores não-centrais enfrentem desafios acentuados pelas transformações do contexto da globalização ou para que busquem o alcance de metas estabelecidas para atender objetivos específicos locais. A Paradiplomacia pode adaptar-se às necessidades do ator não-central em questão, podendo ser utilizada com o intuito de atrair investimentos e novas oportunidades para fomentar o desenvolvimento econômico; para que haja cooperação em temas como a cultura, educação e tecnologia; ou podendo, ainda, ser instrumentalizada para que se conquiste influência no campo político. Para os atores não-centrais ainda em vias de desenvolvimento, a Paradiplomacia é disposta como uma estratégia para lidar com os problemas que mantêm sua situação de subdesenvolvimento, tais como os desafios para o desenvolvimento urbano.

Dependente da influência e autonomia do ator não-central, a Paradiplomacia necessita recursos, como a disponibilidade para a inserção internacional e a estrutura para a condução das atividades por exemplo, e eles são determinantes. Como instrumentos da Paradiplomacia, são exemplificados a atuação em foros, irmanamentos, realização de comemorações oficiais, cerimonial, e também a inserção em Redes Internacionais.

Acerca das Redes Internacionais, pode-se ressaltar suas características cooperativas, predominantemente horizontal, com vantagens e experiências compartilhadas para impulsionar a eficiência na gestão pública de atores não-centrais.

Nesta perspectiva, surge a Rede Mercocidades que se empenha em tornar os atores não-centrais parte influente do processo de integração regional. Através dos objetivos descritos, vê-se que a Rede Mercocidades propõe o estabelecimento de uma rede cooperativa, que formula políticas comuns e impulsiona a participação e a melhora da qualidade de vida dos cidadãos, abarcando áreas notadamente importantes para o desenvolvimento urbano. Possível também depreender a partir da busca por financiamentos internacionais e a promoção de relacionamentos com outras organizações internacionais que a Rede Mercocidades proporciona a seus atores não-centrais um maior contato com a cena internacional.

A atuação na Rede Mercocidades assemelha-se a uma incubadora para a atuação na Paradiplomacia, pois agiria como um ambiente ideal para o desenvolvimento das competências necessárias para a ação da Paradiplomacia de forma expressiva: ao mesmo tempo em que os atores exercem posições de liderança, cooperam, partilham experiências e propõem políticas públicas para o desenvolvimento dos componentes da Rede Mercocidades.

Com atuações pouco numerosas, a atividade de Camaçari, Salvador, Vitória da Conquista, Fortaleza, Jaboaão dos Guararapes, Recife e Mossoró parece ser, em geral, marcada por inconstâncias. Há cidades que foram muito ativas inicialmente e posteriormente sua relação para com a rede aparenta abandono; há as que atuam de forma intervalada; e aquelas que participam nominalmente, sem ações concretas. O que leva a inferir que é improvável que exista um real comprometimento dessas cidades com a Rede Mercocidades.

Além disso, a própria Rede Mercocidades não parece deter controle sobre as atuações das cidades que dela fazem parte e certamente não as contabilizam. As informações existentes são escassas e não há um padrão de organização individual. Quando dispõem em seu Estatuto acerca dos objetivos das unidades temáticas e de seus grupos de trabalhos, dispõem a criação de políticas públicas comuns; a promoção da pesquisa e a divulgação de experiências, políticas públicas, eventos e missões; e a criação de um banco de dados informacional; mas, como encontrar informações relevantes e detalhadas sobre as atuações das cidades no website da Rede Mercocidades beira a impossibilidade, possivelmente alguns desses objetivos como o banco de dados informacional esteja em falta. A soma destes fatos impede que se saiba sobre os projetos que já foram concluídos e aqueles ainda em andamento e se foram criados na, ou por influência da, Rede Mercocidades.

Dentre os percalços também se destaca a inexistência de accountability, nem sequer as informações acerca do que foi feito por cidades e do que estas se propõem a fazer estão disponíveis para os cidadãos, o que faz parecer inverídica a proposta de engajamento e diálogo com a sociedade civil. Os processos de redemocratização que culminaram na descentralização político-administrativa detinham uma forte relação com questões sociais, e é esse contexto que impulsiona a criação da Rede Mercocidades e a faz adotar o diálogo social no Mercosul como um eixo, mas na prática, não há transparência suficiente para confirmar que a Rede Mercocidades é eficaz no que se propõe a fazer.

Quanto aos dados da Paradiplomacia por parte do poder local, presume-se certa ausência de acompanhamento e de operacionalização pois, como fica perceptível, todas as cidades progrediram em seu IDH-M entre os anos de 1991 e 2010. Não há, entretanto, dados suficientes para que se possa inferir que há uma relação entre o aumento do IDH-M e dos demais indicadores das cidades do Nordeste e a Paradiplomacia por elas praticada, instrumentalizada na inserção na

Rede Mercocidades. Supõe-se que a melhoria dos indicadores de desenvolvimento social relaciona-se às políticas públicas locais que obtiveram maior relevância.

Desta forma, não é possível validar a hipótese de que a inserção de cidades nordestinas na Rede Mercocidades proporciona ganhos de desenvolvimento. A impossibilidade de validar a hipótese não invalida a participação de forma ativa em processos da Paradiplomacia em geral. Como os recursos são determinantes para a Paradiplomacia, possui-os tem caráter transformador. As redes, por sua vez, são fortalecidas com o maior engajamento de seus atores, não bastando apenas a entrada formal, mas que haja a participação real.

As falhas com que este trabalho se deparou levam a questionar se não há uma carência de recursos organizacionais para a operacionalização da Paradiplomacia do grupo de atores analisado. Assunto este, que pode vir a ser tratado em trabalhos posteriores. Afinal, não se resolve um problema sem que se descubra a fonte dele. E uma vez resolvido, talvez se possa relacionar a Paradiplomacia e o desenvolvimento.

## **Referencias**

ALBURQUERQUE, F. (2004). Desarrollo económico local y descentralización en América Latina. In: Revista de la Cepal, 82, Abril, pp.157-171. Recuperado de <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/10946/082157171.pdf?sequence=1>.

ALDECOA, F. (1999). Towards Plurinational Diplomacy in the Deeper and Wider European Union (1985-2005). In: ALDECOA, Francisco; KEATING, Michael (Ed.). Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments. Routledge.

ALMEIDA, F. C. (2012). Os governos locais brasileiros e o Mercosul: A influência da paradiplomacia na agenda de integração regional. Dissertação (Mestrado) - UnB, Brasília, 2012. Recuperado de [www.repositorio.unb.br/handle/10482/11982](http://www.repositorio.unb.br/handle/10482/11982).

ARAÚJO, T. B; SANTOS, V. M. (2009). Desigualdades regionais e nordeste em formação econômica do Brasil. In: ARAÚJO, T. P; VIANNA, S. T. W; MACAMBIRA, J (Orgs.). 50 anos de Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro: IPEA. Recuperado de [http://desafios2.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/14\\_cap07\\_Tania\\_Valdeci.pdf](http://desafios2.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/14_cap07_Tania_Valdeci.pdf).

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. (2013). Recuperado de <http://www.atlasbrasil.org.br>.

BARRIOS, S. (2010). Mercociudades: una destacada referencia política y técnica del proceso de integración en nuestra región. In: 15 AÑOS DE MERCOCIUDADES. Rosario, Santa Fe. Argentina, pp.37-39.

BATALLA, I. C; MALMANN, M. I. (2015). Mercocidades e integração regional. In: GOMES, Joséli Fiorin; CORRADI, Rodrigo de Souza (Orgs.). *Paradiplomacia em movimento: perspectivas em homenagem aos 20 anos de atuação da Rede Mercocidades*. Editora UniRitter, Porto Alegre, pp.123-134.

BINNER, H. (2010). De la ciudad a la región. La experiencia de Mercociudades en sus años formativos y su contribución a la integración sudamericana. In: 15 AÑOS DE MERCOCIUDADES. Rosario, Santa Fe. Argentina, pp.21-23.

BLYDE, J. S; FERNÁNDEZ-ARIAS, E. D. (2008). Disparities and Integration in MERCOSUR. In: BLYDE, Juan S; FERNÁNDEZ-ARIAS, Eduardo; GIORDANO, Paolo (Ed.). *Deepening integration in MERCOSUR: dealing with disparities*. Inter-American Development Bank, Washington, D.C.

BRANCO, A. C. C. (2007). A paradiplomacia como forma de inserção internacional de unidades subnacionais. In: PRISMAS: Dir., Pol.Pub. e Mundial., Brasília, 4(1), p 48-67, jan/jul. Recuperado de [www.publicacoesacademicas.uniceub.br/prisma/article/viewFile/216/214](http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/prisma/article/viewFile/216/214).

CAETANO, L.C; SILVA; J. S. A; GRAMACHO, C. O. (2007). CAMAÇARI. Mulheres Cidadãs: Preparação de cidadãs do Município do Camaçari para atuação em empreendimentos da economia solidária e inserção no mundo no trabalho. In: Seminario Políticas de integración regional: experiencias locales exitosas en el Mercosur. Tandil, Argentina.

CAMAGNI, R; CAPELLO, R. (2004). The City Network Paradigm: Theory and Empirical Evidence. In: CAPELLO, Roberta; NIJKAMP, Peter (Ed.). *Urban Dynamics and Growth*, CEA, vol. 266. Oxford: Elsevier. Amsterdam.

CAPELLO, R. (2000). The City Network Paradigm: Measuring Urban Network Externalities. In: *Urban Studies*. 37(11), pp.1925–1945.

CARÁMBULA, M. (2010). Ciudades del futuro, ciudades integradas. In: 15 AÑOS DE MERCOCIUDADES. Rosario, Santa Fe. Argentina, pp.73-75.

CARTA DE RÍO. 1p. 2007. Recuperado de [http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/carta\\_de\\_rio.pdf](http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/carta_de_rio.pdf).

CEZÁRIO, G. L. (2011). *Atuação Global Municipal: Dimensões e Institucionalização*. Dissertação (Mestrado), UnB. Brasília, 2011. Recuperado de [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10217/1/2011\\_GustavoDeLimaCezario.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10217/1/2011_GustavoDeLimaCezario.pdf).

CORNAGO, N. (1999). Diplomacy and Para diplomacy in the Redefinition of International Security: Dimensions of Conflict and Co-operation. In: ALDECOA, Francisco; KEATING, Michael (Ed.). *Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments*. Routledge.

COUTO, M; CROVETTO, S; GOROSITO, M; RODRÍGUEZ, J; SILVEIR, K; VALDOMIR, S (COORD.). (2013). IN: *Projetando Integração*. 84p. Montevideu, 2013. Recuperado de [http://www2.mercociudades.org/sursur/sites/default/files/IN\\_proyectando%20integraci%C3%B3n\\_publicaci%C3%B3n%20de%20cierre\\_PORTUGU%C3%89S.pdf](http://www2.mercociudades.org/sursur/sites/default/files/IN_proyectando%20integraci%C3%B3n_publicaci%C3%B3n%20de%20cierre_PORTUGU%C3%89S.pdf).

CUMBRE DE MERCOCIUDADES, I, 1995, Asunción. Acta Cumbre 1995 (Asunción). Recuperado de <http://portal.mercociudades.net/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/DocumentosFundacionales/1995actaasuncion.pdf> Acesso em 15 out. 2017

\_\_\_\_\_, II, 1996, Porto Alegre. Acta Cumbre 1996 (Porto Alegre). Recuperado de <http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/ActasCumbre/1996ActaPortoAlegre.pdf> Acesso em 15 out. 2017

\_\_\_\_\_. III, 1997, Córdoba. Acta Cumbre 1997 (Córdoba). Recuperado de <http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/ActasCumbre/1997ActaCordoba.pdf>.

\_\_\_\_\_. IV, 1998, Montevideo. Acta Cumbre 1998 (Montevideo). Recuperado de <http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/ActasCumbre/1998ActaMontevideo.pdf>.

\_\_\_\_\_. V, 1999, Belo Horizonte. Acta Cumbre 1999 (Belo Horizonte). Recuperado de [http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/ActasCumbre/Acta\\_AsambleaGeneral\\_Cumbre1999.pdf](http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/ActasCumbre/Acta_AsambleaGeneral_Cumbre1999.pdf).

\_\_\_\_\_. VI, 2000, Rosario. Acta Cumbre 2000 (Rosario). Recuperado de <http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/ActasCumbre/2000ActaRosario.pdf>.

\_\_\_\_\_. VII, 2001, Valparaíso. Acta Cumbre 2001 (Valparaíso). Recuperado de <http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/ActasCumbre/2001ActaValparaiso.pdf>.

\_\_\_\_\_. VIII, 2002, Asunción. Acta Cumbre 2002 (Asunción). Recuperado de <http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/ActasCumbre/2002ActaAsuncion.pdf>.

\_\_\_\_\_. IX, 2003, Montevideo. Acta Cumbre 2003 (Montevideo). Recuperado de <http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/ActasCumbre/2003ActaMontevideo.pdf>.

\_\_\_\_\_. X, 2004, Buenos Aires. Acta Cumbre 2004 (Buenos Aires). Recuperado de <http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/ActasCumbre/2004ActaBuenosAires.pdf>.

\_\_\_\_\_. XI, 2005, Santo André. Acta Cumbre 2005 (Santo André). Recuperado de <http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/Actas Cumbre/2005AtaSantoAndre.pdf>.

\_\_\_\_\_. XIII, 2008, Canelones. Acta Cumbre 2008 (Canelones). Recuperado de <http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/Actas Cumbre/2008ActaCanelones.pdf>.

\_\_\_\_\_. XIV, 2009, Rosario. Informe Cumbre 2009 (Rosario). Recuperado de [http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/Actas Cumbre/informe\\_final\\_cumbre\\_Rosario.pdf](http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/Actas Cumbre/informe_final_cumbre_Rosario.pdf).

\_\_\_\_\_. XX, 2015, São Paulo. Acta Cumbre 2015 (São Paulo). Recuperado de [http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/Actas Cumbre/Acta\\_20\\_AsambleaGeneral\\_nov\\_2015\\_SaoPaulo.pdf](http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/Actas Cumbre/Acta_20_AsambleaGeneral_nov_2015_SaoPaulo.pdf).

DECLARACIÓN DE ASUNCIÓN. Asunción, 1995. Recuperado de <http://portal.mercociudades.net/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/DocumentosFundacionales/1995actafundacional1.pdf>.

DÍAS, C. (2010). Unidades Temáticas. Haciendo historia. In: 15 AÑOS DE MERCOCIUDADES. Rosario, Santa Fe. Argentina, pp.54-56.

DUCHACEK, I. D. (1984). The International Dimension of Subnational Self-Government. In: Publius, 14(4), Federated States and International Relations (Autumn, 1984), pp. 5-31. Oxford University Press. Recuperado de <http://www.jstor.org/stable/3330188>.

ESTATUTO Y REGLAMENTO DE MERCOCIUDADES VIGENTE. 11p. 2015. Recuperado de [http://portal.mercociudades.net/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/Estatutos/Estatuto\\_2017.pdf](http://portal.mercociudades.net/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/Estatutos/Estatuto_2017.pdf) Acesso em 22 out. 2017

FRÓIO, L. R. (2015). Paradiplomacia e o impacto da alternância de governos na atuação internacional dos estados brasileiros. Tese (doutorado) – UFPE. Recife, 2015. Recuperado de [repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14021](http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14021).

FRONZAGLIA, M. L. (2005). Unidades Subnacionais: Um Estudo de Caso Sobre a Cidade de São Paulo - de 2001 a 2004. Dissertação (Mestrado), UNICAMP. Campinas, 2005. Recuperado de <https://blogfonari.files.wordpress.com/2016/02/dissertacca7ao-final-tese-mauricio.pdf>.

GARESCHÉ, E. Z; CAYCEDO, P. A. A. (2014). Las redes de ciudades en el mundo actual: tejiendo lazos para la internacionalización. In: Trabajos de Investigación en Paradiplomacia, Año 3, Número especial. Santiago, Chile y Buenos Aires, Argentina.

GONÇALVES, H. F; ARAÚJO, J. B. (2015). Evolução histórica e o quadro socioeconômico do Nordeste brasileiro nos anos 2000. In: COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional.

Faccat. Taquara/RS. v. 12, n. 1, jan./jun. Recuperado de <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/download/229/19>.

HOCKING, B. (1999). Patrolling the 'Frontier': Globalization, Localization and the 'Actorness' of Non-Central Governments. In: ALDECOA, Francisco; KEATING, Michael (Ed.). *Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments*. Routledge.

IN distingue a tres proyectos resultantes de la Novena Capacitación Regional de Mercociudades. 2016. Recuperado de <http://www.inmercociudades.org/2016/10/in-distingue-a-tres-proyectos-resultantes-de-la-novena-capacitacion-regional-de-mercociudades>.

JESUS, D. S. (2017). A arte do encontro: a paradiplomacia e a internacionalização das cidades criativas. In: *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2017, 25(61), pp.51-76. ISSN 1678-9873. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987317256104>.

KEATING, M. (1999). Regions and International Affairs: Motives, Opportunities and Strategies. In: *Regional & Federal Studies*. 1999, 9(1), pp.1-16. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1080/13597569908421068>.

KLEIMAN, A. (2010). Processo de institucionalização de Mercocidades. Da REMI ao FCCR. In: *15 AÑOS DE MERCOCIUDADES*. Rosario, Santa Fe. Argentina, pp.61-64.

KLIKSBERG, B. (2001). Capital social e cultura: chaves esquecidas do desenvolvimento. In: *Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social*. Cortez Editora. São Paulo.

\_\_\_\_\_. (2001). Como reformar o Estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI?. In: *Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social*. Cortez Editora. São Paulo.

\_\_\_\_\_. (2001). Confrontando as realidades da América Latina: pobreza, desigualdade e deterioração da família. In: *Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social*. Cortez Editora. São Paulo.

KINCAID, J. (1990). Constituent Diplomacy in Federal Politics and the Nation-State: Conflict and Co-operation. In: MICHELMANN, Hans J; SOLDATOS, Panayotis (Ed.). *Federalism and International Relations: The Role of Subnational Units*. New York, Oxford University Press Inc.

KOMNINOS, N. (2008). Innovation through collaboration: managing networks that cross boundaries. In: KOMNINOS, Nicos. *Intelligent cities and globalisation of innovation networks*. Routledge.

LECOURS, A. (2008). Political Issues of Paradiplomacy: lessons from the developed world. In: Netherlands Institute of International Relations 'Clingendael', Discussion Paper N° 113, The Hague, The Netherlands.

MARIANO, K. L. P.; MARIANO, P. M. (2005). Governos subnacionais e integração regional: considerações teóricas. In: Governos subnacionais e sociedade civil: integração regional e MERCOSUL. EDUC, São Paulo, pp.131-160.

MARIANO, M. P.; MARIANO, K. L. P. (2002). As teorias de integração regional e os Estados subnacionais. In: Revista Impulso, 13(31). Piracicaba: Editora UNIMEP, maio/ago. pp. 47-69.

MAX-NEEF, M. A. (2012). Desenvolvimento à escala humana: concepção, aplicação e reflexões posteriores. Edifurb, Blumenau.

MENEGUETTI NETO, A. (2005). Redes de cidades: cooperação, estratégias de desenvolvimento, limitações constitucionais e divergências. 286f. Tese (Doutorado), PUC/RS. Porto Alegre.

MERCOCIDADES. Recuperado de <http://www.mercociudades.org>.

ODDONE, C. N. (2008). La Red de Mercociudades: Globalización, integración regional y desarrollo local. Ugarit.

ODDONE, N. (2017). La paradiplomacia desde cinco perspectivas: reflexiones teóricas para la construcción de una comunidad epistémica en América Latina. Relaciones Internacionales, [S.l.], 89(2) pp. 47-82, jan. 2017. ISSN 2215-4582. Recuperado de: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/ri/article/view/9064>. doi:<http://dx.doi.org/10.15359/ri.89-2.2>.

ODDONE, N. (2010). Potencialidades del Mercosur desde los gobiernos locales. In: 15 AÑOS DE MERCOCIDADES. Rosario, Santa Fe. Argentina, pp.76-80.

PAQUIN, S. (2004). Paradiplomatie et relations internationales: théorie des stratégies internationales des régions face à la mondialisation. Bruxelles: Presses Interuniversitaires Européennes.

PINO, B. A. (2010). El impulso a la Cooperación Sur – Sur en América Latina: ¿Nuevas formas de cooperación regional?. Breviario en RRII.

PINO, B. A. (2014). Evolução histórica da cooperação Sul-Sul (CSS). In: SOUZA, André de Mello e (Org.). Repensando a Cooperação para o Desenvolvimento. Brasília, IPEA.

PNUD; IPEA; FJP. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. PNUD Brasil, Brasília, 2013. Recuperado de [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729\\_AtlasPNUD\\_2013.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf).

PNUD BRASIL. Ranking IDH-M Municípios 1991. Recuperado de <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/IDH-M-municipios-1991.html>.

\_\_\_\_\_. Ranking IDH-M Municípios 2000. Recuperado de <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/IDH-M-municipios-2000.html>.

\_\_\_\_\_. Ranking IDH-M Municípios 2010. Recuperado de <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/IDH-M-municipios-2010.html>.

PONCE, D. Z. (2010). Una mirada desde la gestión de una Unidad Temática. In: 15 AÑOS DE MERCOCIUDADES. Rosario, Santa Fe. Argentina, pp.37-39.

PRADO, D. F. B. (2007). As cidades como atores nas relações internacionais: a atuação via rede. In: I SIMPÓSIO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO DANTAS (UNESP, UNICAMP e PUC-SP).

ROMERO, M. H. (2004). Una Aproximación Contextual y Conceptual a la Cooperación Descentralizada. In: Víctor Godínez y María del Huerto Romero (Eds.), Tejiendo lazos entre territorios. La cooperación des centralizada local Unión Europea - América Latina. Valparaíso, Comisión Europea.

RODRIGUEZ, J. (2010). Se trata de una fuerza formidable, una fuerza de cambio. La fuerza de la ciudadanía. In: 15 AÑOS DE MERCOCIUDADES. Rosario, Santa Fe. Argentina, pp.29-36.

SEN, A. (2000) Development as Freedom. New York, Alfred A. Knopf, Inc.

TAVARES, R. (2016). Paradiplomacy: Cities and States as Global Players. New York. Oxford University Press.

TODARO, M. P; SMITH, S. C. (2012). Economic Development. 11th ed. Addison-Wesley, 2012.

YAHN FILHO, A. G. (2013). Análise Teórico-conceitual da Participação dos Atores Subnacionais nas Relações Internacionais In: Relações Internacionais e Atores Subnacionais: região metropolitana de Campinas. Ed. Alinea.